



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO (Sessão do dia 16/04/2014)

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0016916-47.2012.8.17.0000 (0040629-7/03)

AUTOR: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE PERNAMBUCO – IPEM/PE e a FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE

RÉU: JOSÉ RONALDO MORAIS DOS SANTOS E OUTROS

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. ART. 485, V DO CPC. SERVIDOR PÚBLICO. LC 13/95. ADICIONAL DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. PARCELA AUTÔNOMA. OFENSA A DIREITO ADQUIRIDO. INOCORRÊNCIA. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR MAIORIA.

- Trata-se de Ação Rescisória contra acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível deste Tribunal (fls. 155), em data de 14/09/1999, nos autos da Apelação Cível nº 0040629-7, de Relatoria do Des. Sebastião Romildo Vale de Oliveira, com trânsito em julgado em 13/09/2010 (fls. 421). Os demandantes alegam que os servidores possuidores da gratificação de estabilidade financeira antes da LC 13/95, bem como os demais, não possuem direito adquirido quanto ao símbolo de sua remuneração. Afirma que a LC 13/95, longe de retroagir para efetuar qualquer congelamento nos ganhos de quem quer que seja, apenas desatrelou a vantagem incorporada (estabilidade financeira) para simplesmente submeter, sem qualquer decurso remuneratório, aos reajustes gerais da política salarial do Estado, comuns a todos os demais servidores, em respeito ao disposto no art. 37, XIII da CF/88.

- Argumenta que o então presidente do IPEM-PE, autoridade impetrada, tão somente fez cumprir a LC nº 13/95, pois os impetrantes não mais exerciam as funções comissionadas, sendo desvinculada sua gratificação dos valores exercidos pelos atuais ocupantes dos cargos em comissão. Nestes termos, defendem a rescisão do acórdão por violação à literal disposição de lei (art. 489, V do CPC), a saber: art. 5º, inciso XXXVI, art. 7º, VI, art. 37, caput e seus incisos X, XI, XIII e XV, art. 39, §§ 1º, 2º e 3º, e art. 40, §8º, todos da CF/88; art. 6º, §§ 1º e 2º da LC Estadual nº 13/95 e Lei Estadual nº 11.200/1995 (coisa julgada inconstitucional). Ao final, pede que seja julgada procedente seu pedido, para rescindir o acórdão referido, e que seja proferido novo julgamento.

- Decisão interlocutória prolatada às fls. 551/551-v, pela qual esta Relatoria indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Irresignados com a decisão, os demandantes interpuseram Agravo Regimental nº 0040629-7/04, o qual, por maioria de votos, veio a ser provido para fins de deferir a antecipação de tutela pleiteada, tendo sido designado para lavrar o acórdão o Des. Erik de Sousa Dantas Simões (fls. 18 do agravo regimental). Opostos embargos de declaração pelos réus, foram eles rejeitados pelo Relator, mediante acórdão (fls. 50/51 do agravo regimental), cujos termos transitaram em julgado em 19/08/2013, dada a negativa de seguimento ao Recurso Especial interposto pelos réus (fls. 95/96 do agravo regimental).

- Os réus Guilherme de Souza Borba, Alexandre Cantinho Salsa, Fernando José Pinto Magalhães e José Ronaldo Moraes Santos apresentaram contestação às fls. 578/592, na qual alegam: a inadmissibilidade da demanda rescisória, a ausência de violação à literal disposição de lei, a interpretação controvertida da LC nº 13/95 à época do julgamento, a incidência da súmula 343 do STF, bem como ser pretensão intentada no intuito de discutir a injustiça da decisão transitada em julgado, com a reapreciação de fatos e provas, o que é vedado em sede de ação rescisória. O réu Paulo Roberto Fernandes Pinto, devidamente citado (fls. 566/568), não apresentou contestação nos autos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

- O Ministério Público, mediante parecer de fls. 621/639, opina pela procedência da demanda rescisória, com a manutenção da liminar deferida no agravo regimental nº 0040629-7/04.
- PASSO A DECIDIR. Inicialmente, assento que o trânsito em julgado da ação ocorreu em 13/09/2010 (fls. 421/543). Tempestiva, portanto, o ajuizamento da ação rescisória em 30/08/2012.
- Na origem, os réus, servidores públicos do IPEM/PE, impetraram mandado de segurança em face do Presidente daquela autarquia estadual, por não terem sido agraciados, na parcela por eles recebida a título de estabilidade financeira, com o aumento concedido pelo Governo do Estado aos ocupantes de cargo em comissão.
- Acerca do instituto da estabilidade financeira, é cediço constituir garantia assegurada ao servidor público em manter o recebimento de gratificação que tenha percebido por intervalo de tempo, *in casu*, gratificação decorrente do exercício de cargo em comissão, em razão da incorporação do valor correspondente ao seu patrimônio jurídico.
- Pois bem. Quanto à ausência de manifestação por parte do réu Paulo Roberto Fernandes Pinto, verifico não ser caso de se reputarem verdadeiros quanto ao mesmo os fatos afirmados pelos autores. Isso se deve ao fato de tratar-se de litisconsórcio passivo necessário, o que demanda a aplicação do disposto no art. 319 c/c o inciso I do art. 320 do Código de Processo Civil, de modo que a peça contestatória de fls. 578/592 a todos aproveita.
- No que tange à alegação levantada pelos réus, na contestação, de inadmissibilidade da demanda rescisória, é de afastada de plano. Isso porque a Corte Suprema, mediante o entendimento sumular 343, impõe o descabimento da demanda rescisória, por ofensa a literal disposição de lei, apenas "*quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais*", ao passo em que entende pela inaplicabilidade da súmula nas causas em que se discute matéria constitucional, caso dos presentes autos. Tanto que restou pacificado no âmbito dos Tribunais Superiores o entendimento segundo o qual "A Lei Complementar nº 13/95, do Estado de Pernambuco, que conferiu nova sistemática ao reajuste da estabilidade financeira, transformando-a em parcela autônoma, buscou dar efetividade a norma constitucional que veda a vinculação de vencimentos" (RMS 9331/PE, Rel. Min. VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, DJ 30/10/2000).
- Ultrapassadas estas questões, tenho que merece guarida a alegação dos autores de violação à literal disposição de lei, eis que o acórdão a que se busca a rescisão vulnerou, a um só tempo, o art. 5º, XXXVI, o art. 37, XIII, ambos da CF/88; e o art. 6º, §§ 1º e 2º da LC Estadual nº 13/95.
- De fato, o servidor público que exerceu cargo em comissão e obteve a estabilidade financeira, não tem direito ao regime jurídico funcional nem à permanência no regime legal de reajustamento e vantagens conferidos ao cargo em comissão que ocupava, sendo legítimo à Administração Pública, mediante lei, alterar a simbologia e a forma de cálculo do reajuste para o futuro, passando a quantia a ele correspondente a ser reajustada mediante os critérios gerais de remuneração do funcionalismo, não havendo que se falar em diminuição de vantagem e ofensa ao direito adquirido. É que a nova sistemática de cálculo instituída pela LCE nº 13/1995, transformou o adicional de estabilidade financeira em parcela autônoma, tomando por base os valores recebidos em dezembro/1994, vedando sua vinculação ao símbolo, padrão ou valor da gratificação do cargo ou função em que se deu a concessão. Desse modo, é irrelevante perquirir a que símbolo



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

corresponderiam as estabilidades dos réus no bojo das tabelas de funções gratificadas e cargos comissionados adotadas pela Lei Estadual nº 11.200/1995, de modo que se evidencia, de plano, a impossibilidade de recebimento das vantagens em foco de acordo com os padrões instituídos pela Lei Estadual nº 11.200/1995, de vez que, após a transformação em parcela autônoma, a mencionada vantagem passou a ser reajustada segundo a política de revisão geral dos servidores públicos estaduais.

- Corroborando este entendimento, destaco a jurisprudência do STJ: EDcl no RMS 8.968/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 08/03/2007, DJ 26/03/2007, p. 281.

- Sobre o tema, este Tribunal tem posicionamento firmado: Ação Rescisória nº 132639-0. Órgão Julgador Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis. Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. Data de julgamento 23/09/2009, Publicação: 18/12/2009 e Agravo 79143-7/01. Órgão Julgador 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Data de Julgamento 8/3/2007.

- Diante do acima exposto, voto no sentido de julgar procedente o pedido e declarar rescindido o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível no julgamento da Apelação Cível nº 0040629-7, com a manutenção da liminar deferida no agravo regimental nº 0040629-7/04. Custas judiciais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da causa (R\$ 4.321,97), na forma do pedido.

- Por maioria de votos, vencidos os Desembargadores Revisor, Itamar Pereira e Erik Simões, julgado procedente o pedido e declarado rescindido o acórdão da 2ª Câmara Cível no julgamento da Apelação 40629-7, com a manutenção da liminar deferida. Custas judiciais e honorários em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, conforme pedido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Ação Rescisória nº 0040629-7/03, em que figura como autores o INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE PERNAMBUCO – IPEM/PE e a FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE e como réu JOSÉ RONALDO MORAIS DOS SANTOS E OUTROS

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, em julgar procedente a ação rescisória, tudo de conformidade com a ementa, o relatório, o voto e as notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 29 de maio de 2014


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

ACÃO RESCISÓRIA Nº 0016916-47.2012.8.17.0000 (0040629-7/03)

AUTOR: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE PERNAMBUCO – IPEM/PE e a FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE

RÉU: JOSÉ RONALDO MORAIS DOS SANTOS E OUTROS

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

RELATÓRIO

Trata-se de Ação Rescisória contra acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível deste Tribunal (fls. 155), em data de 14/09/1999, nos autos da Apelação Cível nº 0040629-7, de Relatoria do Des. Sebastião Romildo Vale de Oliveira, com trânsito em julgado em 13/09/2010 (fls. 421).

Os demandantes alegam que os servidores possuidores da gratificação de estabilidade financeira antes da LC 13/95, bem como os demais, não possuem direito adquirido quanto ao símbolo de sua remuneração.

Afirma que a LC 13/95, longe de retroagir para efetuar qualquer congelamento nos ganhos de quem quer que seja, apenas desatrelou a vantagem incorporada (estabilidade financeira) para simplesmente submeter, sem qualquer decurso remuneratório, aos reajustes gerais da política salarial do Estado, comuns a todos os demais servidores, em respeito ao disposto no art. 37, XIII da CF/88.

Argumenta que o então presidente do IPEM-PE, autoridade impetrada, tão somente fez cumprir a LC nº 13/95, pois os impetrantes não mais exerciam as funções comissionadas, sendo desvinculada sua gratificação dos valores exercidos pelos atuais ocupantes dos cargos em comissão.

Nestes termos, defendem a rescisão do acórdão por violação à literal disposição de lei (art. 489, V do CPC), a saber: art. 5º, inciso XXXVI, art. 7º, VI, art. 37, *caput* e seus incisos X, XI, XIII e XV, art. 39, §§ 1º, 2º e 3º, e art. 40, §8º, todos da CF/88; art. 6º, §§ 1º e 2º da LC Estadual nº 13/95 e Lei Estadual nº 11.200/1995 (coisa julgada inconstitucional).

Ao final, pede que seja julgado procedente seu pedido, para rescindir o acórdão referido, e que seja proferido novo julgamento.

Decisão interlocutória prolatada às fls. 551/551-v, pela qual esta Relatoria indeferiu o pedido de antecipação de tutela. Irresignados com a decisão, os demandantes interpuseram Agravo Regimental nº 0040629-7/04, o qual, por maioria de votos, veio a ser provido para fins de deferir a antecipação de tutela pleiteada, tendo sido designado para lavrar o acórdão o Des. Erik de Sousa Dantas Simões (fls. 18 do agravo regimental). Opostos embargos de declaração pelos réus, foram eles rejeitados pelo Relator, mediante acórdão (fls. 50/51 do agravo regimental), cujos termos transitaram em julgado em 19/08/2013, dada a negativa de seguimento ao Recurso Especial interposto pelos réus (fls. 95/96 do agravo regimental).

Os réus Guilherme de Souza Borba, Alexandre Cantinho Salsa, Fernando José Pinto Magalhães e José Ronaldo Moraes Santos apresentaram contestação às fls. 578/592, na qual alegam: a inadmissibilidade da demanda rescisória, a ausência de violação à literal disposição de lei, a interpretação controvertida da LC nº 13/95 à época do julgamento, a incidência da súmula 343 do STF, bem como ser pretensão intentada no intuito de discutir a injustiça da decisão transitada em julgado, com a reapreciação de fatos e provas, o que é vedado em sede de ação rescisória.

O réu Paulo Roberto Fernandes Pinto, devidamente citado (fls.566/568), não apresentou contestação nos autos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

O Ministério Público, mediante parecer de fls. 621/639, opina pela procedência da demanda rescisória, com a manutenção da liminar deferida no agravo regimental nº 0040629-7/04.

Eis o relatório. À douta Revisão.

Recife, de  de 2014

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

ACÇÃO RESCISÓRIA Nº 0016916-47.2012.8.17.0000 (0040629-7/03)

AUTOR: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE PERNAMBUCO – IPEM/PE e a FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FUNAPE

RÉU: JOSÉ RONALDO MORAIS DOS SANTOS E OUTROS

RELATOR: DES. ANTENOR CARDOSO SOARES JÚNIOR

VOTO

Inicialmente, assento que o trânsito em julgado da acção ocorreu em 13/09/2010 (fls. 421/543). Tempestiva, portanto, o ajuizamento da acção rescisória em 30/08/2012.

Na origem, os réus, servidores públicos do IPEM/PE, impetraram mandado de segurança em face do Presidente daquela autarquia estadual, por não terem sido agraciados, na parcela por eles recebida a título de estabilidade financeira, com o aumento concedido pelo Governo do Estado aos ocupantes de cargo em comissão.

Acerca do instituto da estabilidade financeira, é cediço constituir garantia assegurada ao servidor público em manter o recebimento de gratificação que tenha percebido por intervalo de tempo, *in casu*, gratificação decorrente do exercício de cargo em comissão, em razão da incorporação do valor correspondente ao seu patrimônio jurídico.

Pois bem. Quanto à ausência de manifestação por parte do réu Paulo Roberto Fernandes Pinto, verifico não ser caso de se reputarem verdadeiros quanto ao mesmo os fatos afirmados pelos autores. Isso se deve ao fato de tratar-se de litisconsórcio passivo necessário, o que demanda a aplicação do disposto no art. 319 c/c o inciso I do art. 320 do Código de Processo Civil¹, de modo que a peça contestatória de fls. 578/592 a todos aproveita.

No que tange à alegação levantada pelos réus, na contestação, de inadmissibilidade da demanda rescisória, é de afastada de plano.

Isso porque a Corte Suprema, mediante o entendimento sumular 343, impõe o descabimento da demanda rescisória, por ofensa a literal disposição de lei, apenas "*quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais*", ao passo em que entende pela inaplicabilidade da súmula nas causas em que se discute matéria constitucional, caso dos presentes autos.

Tanto que restou pacificado no âmbito dos Tribunais Superiores o entendimento segundo o qual "A Lei Complementar nº 13/95, do Estado de Pernambuco, que conferiu nova sistemática ao reajuste da estabilidade financeira, transformando-a em parcela autônoma, buscou dar efetividade a norma constitucional que veda a vinculação de vencimentos" (RMS 9331/PE, Rel. Min. VICENTE LEAL, SEXTA TURMA, DJ 30/10/2000).

Ultrapassadas estas questões, tenho que merece guarida a alegação dos autores de violação à literal disposição de lei, eis que o acórdão a que se busca a rescisão vulnerou, a um só tempo, o art. 5º, XXXVI², o art. 37, XIII³, ambos da CF/88; e o art. 6º, §§ 1º e 2º da LC Estadual nº 13/95⁴.

¹ Art. 319. Se o réu não contestar a acção, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.

Art. 320. A revelia não induz, contudo, o efeito mencionado no artigo antecedente:

I - se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a acção;

2 XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

De fato, o servidor público que exerceu cargo em comissão e obteve a estabilidade financeira, não tem direito ao regime jurídico funcional nem à permanência no regime legal de reajustamento e vantagens conferidos ao cargo em comissão **que ocupava**, sendo legítimo à Administração Pública, mediante lei, alterar a simbologia e a forma de cálculo do reajuste para o futuro, passando a quantia a ele correspondente a ser reajustada mediante os critérios gerais de remuneração do funcionalismo, não havendo que se falar em diminuição de vantagem e ofensa ao direito adquirido.

É que a nova sistemática de cálculo instituída pela LCE nº 13/1995, transformou o adicional de estabilidade financeira em parcela autônoma, tomando por base os valores recebidos em dezembro/1994, vedando sua vinculação ao símbolo, padrão ou valor da gratificação do cargo ou função em que se deu a concessão.

Desse modo, é irrelevante perquirir a que símbolo corresponderiam as estabilidades dos réus no bojo das tabelas de funções gratificadas e cargos comissionados adotadas pela Lei Estadual nº 11.200/1995, de modo que se evidencia, de plano, a impossibilidade de recebimento das vantagens em foco de acordo com os padrões instituídos pela Lei Estadual nº 11.200/1995, de vez que, após a transformação em parcela autônoma, **a mencionada vantagem passou a ser reajustada segundo a política de revisão geral dos servidores públicos estaduais.**

Corroborando este entendimento, destaco a jurisprudência do STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADICIONAL DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. REGIME JURÍDICO DE CÁLCULO. LEI COMPLEMENTAR 13/95. PARCELA AUTÔNOMA. VEDAÇÃO DE VINCULAÇÃO. ADIN 199/PE. 1. Como consequência direta da declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 199/PE, do inciso XVII do artigo 98 da Constituição do Estado de Pernambuco, evidenciou-se a ausência de direito líquido e certo dos recorrentes à vinculação do adicional de estabilidade financeira aos reajustes concedidos ao valor da gratificação ou comissão percebida a qualquer título. Prevalência do disposto na Lei Complementar nº 13/95, que transformou aquele adicional em parcela autônoma. 2. "Conforme a jurisprudência desta Corte, não se constitui ofensa ao direito adquirido as novas considerações inseridas pelo art. 6º, § 1º, da Lei Complementar nº 13/95, que transformou o adicional de estabilidade financeira assegurado aos servidores inativos em parcela autônoma, vedando a sua vinculação." (RMS 16.185/PE, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 1/9/2003) 3. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para negar provimento ao recurso ordinário. (EDcl no RMS 8.968/PE, Rel.

3 XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

4 Art. 6º O adicional de estabilidade financeira percebido por servidores ativos e inativos constitui-se em parcela autônoma incorporada à remuneração do servidor, devendo ser expressa em código próprio e convertida monetariamente, pelos seus valores correspondentes a dezembro de 1994. (Valor alterado pelos arts. 8º e 10 da Lei nº 14.702, de 12 de junho de 2012. Novo valor: acréscimo de 6,34% (seis inteiros e trinta e quatro centésimos por cento), a partir de 1º/05/2012). (Valor alterado pelo art. 4º da Lei nº 15.010, de 20 de junho de 2013 - Novo valor: acréscimo de 7%.)

§ 1º É vedada a vinculação do adicional de estabilidade financeira ao símbolo, padrão ou ao valor da representação, gratificação ou incentivo do cargo em comissão ou da função gratificada em que se deu a sua concessão.

§ 2º Após a transformação do adicional de estabilidade financeira em parcela autônoma e expressa monetariamente, que não poderá importar em decurso de remuneração, salvo erro de cálculo ou reforma de decisão o valor correspondente à mesma será reajustado de acordo com a política de revisão geral da remuneração dos servidores públicos estaduais.



658,

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 08/03/2007, DJ 26/03/2007, p. 281)

Sobre o tema, este Tribunal tem posicionamento firmado, senão vejamos:

EMENTA - CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. LITERAL VIOLAÇÃO DE LEI (ARTIGO 485, INCISO V, DO CPC). CONVERSÃO DE GRATIFICAÇÕES EM PARCELA AUTÔNOMA SEM DECESSO REMUNERATÓRIO (LEI COMPLEMENTAR Nº 13/95). PRETENSÃO ACOLHIDA. DECISÃO UNÂNIME. - Se é certo que, com o trânsito em julgado, obtém-se uma definição firme do direito relativamente à situação fática subjacente, em boa verdade, importa tomar também em consideração as possibilidades de rescindibilidade do julgado compendiadas nos incisos do artigo 485, do Código de Processo Civil ; - Insere-se no conceito de "literal violação" a afronta a dispositivos da Constituição e a precedentes do Supremo Tribunal Federal; - A Lei Complementar nº 13 apenas converteu em parcela autônoma aquelas gratificações auferidas pelos servidores, sem que tivesse havido qualquer decesso remuneratório. TJPE - Ação Rescisória nº 132639-0. Órgão Julgador Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis. Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. Data de julgamento 23/09/2009, Publicação: 18/12/2009.

Ementa ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. DESVINCULAÇÃO. OFENSA A DIREITO ADQUIRIDO. INOCORRÊNCIA. RECURSO DE AGRAVO À UNANIMIDADE IMPROVIDO. 1. Às recorrentes foi reconhecido o direito à estabilidade financeira em razão do exercício de funções gratificadas, oriundas da estrutura organizacional da FUNDAC. 2. Com o advento da Lei nº 11.200/95, o Poder Executivo cuidou de definir sua estrutura e organização, alterando, naquela oportunidade, as nomenclaturas e simbologias correspondentes às funções gratificadas objeto da estabilidade financeira adquirida pelas recorrentes. 3. As vantagens incorporadas pelas recorrentes são insusceptíveis de extinção, o que não se confunde com a pretensão de invocar a manutenção de antigo regime jurídico, uma vez que o objeto do presente recurso, qual seja, cabimento ou não de transformação dos adicionais de estabilidade financeira em parcela autônoma, conforme termos da Lei Complementar Estadual nº 13/95, resta pacificada perante o Colendo STF, no sentido de sua constitucionalidade, desde que garantida a irredutibilidade de vencimentos. 4. Hipótese que se afeiçoa ao caso em tela. 5. Não malferimento dos termos dos arts. 5º, XXXVI e 37, XV, além do art. 40 § 8º, todos da CF/88. 6. Recurso de agravo improvido. 7. Decisão unânime. TJPE - Agravo 79143-7/01. Órgão Julgador 8ª Câmara Cível. Relator: Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto. Data de Julgamento 8/3/2007.

Diante do acima exposto, voto no sentido de **julgar procedente** o pedido e declarar rescindido o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível no julgamento da Apelação Cível nº 0040629-7, com a manutenção da liminar deferida no agravo regimental nº 0040629-7/04. Custas judiciais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da causa (R\$ 4.321,97), na forma do pedido.

Recife, 16 de abril de 2014


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator



659

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Ação Rescisória nº 0040629-7/03

Autor: Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco -IPEM/PE e Outro

Procurador: Henrique Luiz de Lucena Moura

Réus: José Ronaldo Moraes dos Santos e Outros

Advogado: Murilo Oliveira de Araújo Pereira

Advogado: Rodrigo de Lucena Araújo

Relator: Des. Antenor Soares Junior

Revisor: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE REVISÃO

A presente ação rescisória foi proposta pelo Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco - IPEM e pela FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, com fulcro no art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil, contra José Ronaldo Moraes dos Santos, Paulo Roberto Fernandes Pinto, Fernando José Pinto Magalhães, Guilherme de Souza Borba e Alexandre Cantinho Salsa, objetivando a desconstituição do acórdão abaixo transcrito, sob a alegativa de ter o mesmo afrontado o art. 5º, incisos XXXVI e LXIX; art. 7º, inciso VI; art. 37, *caput* e seus incisos X, XI, XIII e XV; art. 39, §§ 1º, 2º e 3º, art. 40, § 8º, todos da Constituição Federal; art. 6º, §§ 1º e 2º da Lei Complementar Estadual nº 13/95 e Lei Estadual nº 11.200/1995.

Eis o teor do acórdão ementado atacado:

EMENTA: Apelação Cível. Administrativo e Constitucional. Mandado de Segurança impetrado no Juízo monocrático contra ato de Presidente de Autarquia Estadual que goza de autonomia administrativa e financeira, competindo a uma das Varas da Fazenda Estadual processar e julgar o feito. Preliminar de incompetência do Juízo rejeitada à unanimidade. Os impetrantes no Juízo "a quo" visaram atacar ato omissivo do impetrado no tocante ao direito à percepção de suas estabilidades financeiras, inclusive com robusta prova acostada ao autos, Daí, não confundir-se com ação de cobrança. Preliminar de carência de ação rejeitada à unanimidade. Servidor Público Estadual. Direito assegurado à percepção de gratificação para fins de estabilidade financeira em face da Lei Complementar nº 03/90 e decisão judicial. Inconstitucionalidade reconhecida pelo STF na apreciação da ADIn nº 199-0 apenas por vício de iniciativa. Gratificação

03 - Resc. 0040629-7/03

Praça da República, s/nº, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.



660

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

percebida a título de caráter pessoal. Inaplicabilidade do teto remuneratório. Precedente. Direito adquirido. Art. 37, XI, da CF/88. Apelo conhecido e improvido, prejudicado o recurso necessário. Decisão unânime.

De logo, antes de adentrar no mérito da discussão, observo que, apesar de devidamente citado, conforme se vê às fls. 568, o demandado Paulo Roberto Fernandes Pinto, não apresentou defesa, todavia, em desfavor do mesmo não se pode reputar como verdadeiros os fatos articulados na inicial, em face do pólo passivo afigurar-se composto de litisconsortes necessários e, tendo os demais apresentado contestação, àquele aproveita a peça de defesa, nos exatos termos do inciso I, do art. 320 do Código de Processo Civil.

Ultrapassada tal questão, tem-se que na ação originária, Mandado de Segurança, os impetrantes argumentaram que eram servidores públicos estaduais da Administração Indireta, tendo exercido cargos em comissão, adquirindo estabilidade financeira, concedida pela legislação em vigor, devidamente reconhecida pela Administração Pública. Contudo, com a edição da Lei 11.200/95, foram alterados o símbolo e remuneração dos cargos pelos impetrantes exercidos, nos quais foi adquirida a estabilidade pelos mesmos, todavia, estes continuaram a receber a gratificação de representação sem qualquer aumento, isso com esteio na Lei Complementar nº 13/95.

Ao apreciar o feito, o togado monocrático, ao lançar sua sentença em 24.09.1997, fls. 101/107, reconheceu que o congelamento dos valores afrontou os princípios constitucionais do direito adquirido e da irredutibilidade dos vencimentos, merecendo sua correção pelo Poder Judiciário na via do *mandamus*. Assim, concedeu a segurança para reconhecer o direito líquido e certo dos impetrantes, ora demandados, a receber o valor da estabilidade financeira sobre os vencimentos do novo símbolo CCS-2, atribuindo pela Lei Estadual 11.200/95.

Com efeito, ao reanalisar as questões insertas na exordial da ação mandamental, pela oportunidade da apreciação do reexame necessário e do apelo interposto pelo predito Instituto, esta Corte de Justiça chancelou a decisão monocrática nos exatos termos do acórdão encimado e, pelas razões que passo a expor, tenho que não merece procedência a presente rescisória.

03 - Resc. 0040629-7/03

Praça da República, s/nº, 3º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.040 - Fone: (081) 3419-3201.



661

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Não se pode negar que são restritas as hipóteses de cabimento da ação rescisória, como prevê o art. 485, do Código de Processo Civil, não havendo espaço para interpretação extensiva.

A violação ao dispositivo legal, para fins de rescisão do julgado, nos termos do mencionado art. 485, V, do CPC, há que ser literal e direta, não podendo decorrer de simples interpretação do artigo de lei adversa ao interesse da parte. Nesta esteira, veja o ementário seguinte:

*PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO CABIMENTO. ERRO DE FATO. NÃO-OCORRÊNCIA. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE. I. Inaplicável os efeitos da revelia, previstos no art. 319 do Código de Processo Civil, uma vez que esses não alcançam a demanda rescisória, pois a coisa julgada envolve direito indisponível, o que impede a presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora. II. **Na ação rescisória, fundada no inciso V do art. 485 do CPC, a violação de lei deve ser literal e direta, não admitindo inovação argumentativa, sob pena de se aceitar o uso dessa ação de natureza desconstitutiva negativa unicamente com o fim de se permitir novo julgamento à luz de outro enfoque. (Precedentes).** III. O fato de o julgado haver adotado a interpretação menos favorável à parte, ou mesmo a pior dentre as possíveis, não justifica o manejo da rescisória, na medida em que não se cuida de via recursal com prazo de dois anos. IV. A ocorrência de erro de fato, apto a autorizar a procedência da ação, demanda a demonstração de ter o julgado rescindendo incorrido em erro ao "admitir um fato inexistente" ou "considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido" (art. 485, § 1º, CPC) V. Tendo a decisão rescindenda se atrelado aos elementos fáticos e jurídicos colacionados aos autos, a reforma do julgamento, pautado em erro de fato ou violação literal a dispositivo legal, nos termos do art. 485, incisos V e IX, do Código de Processo Civil, não se revela aplicável, à espécie. VI. Ação rescisória julgada improcedente". (AR 4309 / SP. Terceira Seção. 08.08.2012. Rel. Ministro GILSON DIPP) - (Sem destaque no original).*

No caso em tela não se vislumbra violação de nenhum dispositivo legal, mas sim – justamente o contrário –



662

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

interpretação judicial que vai de encontro à pretensão da parte autora.

Notadamente, não se pode confundir a violação de que trata inciso V do art. 485 do CPC com interpretação de dispositivo legal, tal como procedeu a Segunda Câmara Cível prolatora do acórdão hostilizado.

Na oportunidade, o então Relator, Des. Romildo Vale, assim se pronunciou (fls. 158/159):

"Observo que os impetrantes obtiveram o direito a percepção de suas estabilidades financeiras asseguradas pela LC nº 03/90 e pelo Parecer Normativo nº 001/92 da Procuradoria Geral do Estado (ver docs. 09/40 e 42/43), e quanto ao impetrante José Ronaldo Moraes dos Santos da decisão judicial (ver dc. Fls. 41). Ressalto que o S.T.F. julgou procedente a ADIN nº 199-0, proposta pelo Estado de Pernambuco, e declarada a inconstitucionalidade do inciso XVII, do art. 98, da Constituição Estadual. Por oportuno, é de bom alvitre lembrar que o dispositivo tido como inconstitucional, julgado pelo S.T.F. considerou apenas quanto ao vício de iniciativa. Entretanto, anterior a esta decisão, o próprio Estado de Pernambuco reeditou aquela norma através da Lei Complementar nº 03/90, cuja inconstitucionalidade foi inacolhida em sede liminar (ADIN nº 1279-7), portanto, encontra-se em plena vigência o instituto da Estabilidade Financeira do Estado de Pernambuco".

Por sua vez, o Revisor, Des. Waldemir de Oliveira Lins, entendeu que (fls. 162/163):

"...a douta sentença a quo deve ser mantida em todos os seus termos. Isto porque, conforme é do conhecimento dos ilustres Pares, a tese defendida pelo apelante não tem a guarida deste egrégio Tribunal de Justiça, inclusive da Corte Suprema. São centenas de ações que transitam pelas Varas das Fazendas Públicas e pelos Grupos de Câmaras Cíveis, todos versando sobre o mesmo tema: o apelante poderia congelar os valores do adicional de estabilidade financeira que integrarem a remuneração dos apelados? Todas as decisões até agora proferidas são pela negativa. Tanto que o representante do Ministério Público, em seu parecer de fls. 86/89 e a sentença a quo (fls. 94/96) transcrevem decisões em casos análogos. Assim, mantenho o entendimento de que a vantagem



663

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

decorrente de estabilidade financeira, vinculada ao valor da gratificação de função em que foi adquirida é, portanto, reajustável por definição e por natureza, uma vez incorporada ao patrimônio do servidor público, não pode ser reduzida, suprimida ou congelada por lei nova, por se tratar de direito adquirido, assegurada pela Lei Maior".

Portanto, não há nenhuma violação a dispositivo legal, mas somente interpretação da Lei Complementar nº 13/95 e da Lei nº 11.200/95 de forma contrária ao expendido pela parte demandante, razão pela qual descabe o ajuizamento da ação rescisória.

No que respeita ao enunciado nº 343 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, saliento que a sua aplicação não se amolda ao caso concreto, não porque a controvérsia tratada diz respeito à interpretação de questão constitucional, mas sim por considerar que a matéria não foi decidida com base em texto de interpretação controvertida. Essa é a fácil conclusão extraída das transcrições dos votos condutores do julgamento, conforme acima exposto. Assim, a decisão rescindenda foi proferida com base no entendimento uniformizado desta Corte e do Supremo Tribunal Federal.

É bem verdade, que atualmente este Tribunal de Justiça e os Tribunais Superiores já pacificaram o entendimento de que o servidor público não tem direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, desde que seja assegurado o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos, inclusive, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 563965/RN, tratou da matéria com repercussão geral. Veja-se o ementário:

"EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1. O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do



664

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. RE 563965 / RN. 11.02.2009. Relatora Min. CÂRMEN LÚCIA".

Como também é certo que a Corte Especial deste Tribunal, resolvendo a Arguição de Inconstitucionalidade 26392-3/2001, cujo acórdão data de 05.05.2006, harmonizando o seu entendimento com o fixado pelo Supremo Tribunal Federal, fixou a constitucionalidade do art. 6º, da Lei Complementar nº 13/95, a qual, por sua vez, desatrelou a estabilidade financeira das funções gratificadas e dos cargos comissionados de origem. E ainda deve ficar assentado que apenas em 1998 é que o STF decidiu que o direito adquirido à estabilidade financeira não assegurava o "atrelamento do valor dela ao vencimento do respectivo cargo em comissão".

Com efeito, anteriormente, já assentei no presente voto que a sentença de concessão da segurança pleiteada pelos impetrantes, ora demandados, foi lançada no mandado de segurança em 24 de setembro de 1997, portanto, em data anterior a consolidação do reconhecimento da constitucionalidade do art. 6º, da Lei Complementar nº 13/95, bem como da fixação pelo STF do desatrelamento da estabilidade financeira das funções e dos cargos comissionados e, bem assim, do julgamento do RE 563965/RN, com repercussão geral, conforme acima demonstrado.

Ora, se o acórdão hostilizado apenas foi ementado em 14.09.1999, a parte impetrante/demandada não pode ser penalidade pela morosidade da máquina judiciária. Na verdade, seu direito líquido e certo foi reconhecido quando da prolação da sentença que ocorreu em 24.09.1997. O julgamento proferido pela Segunda Câmara Cível deste Tribunal apenas confirmou a decisão do togado monocrático.

Pergunta-se, É certo que tais decisões, todas posteriores ao julgado, objeto da rescisória, tenham o poder de minar o direito acobertado pela coisa julgada? O julgamento de Recurso Extraordinário com repercussão tem força retroativa? No meu entender não.



665

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

A segurança jurídica apoia-se nos princípios constitucionais da coisa julgada, do ato jurídico perfeito e do direito adquirido. Não podemos julgar a presente causa como se estivessemos apreciando pedido de majoração de estabilidade financeira em processo de conhecimento, a exemplo, ação ordinária, pois, conforme já registrado, é pacífico o entendimento de seu não cabimento nos exatos termos da jurisprudência dos Tribunais.

A situação dos autos se encontra acobertada pela coisa julgada, não passível de desconstituição como pretendido pela parte requerente. Na época, o acórdão simplesmente, com base na jurisprudência pacificada desta Corte e do STF, considerou que, na espécie, com o congelamento da estabilidade financeira, restou afrontado o direito adquirido dos impetrantes.

Não pode agora, baseado na nova esteira de posicionamento da jurisprudência, os postulantes perseguirem a rescisão do *decisum*, sob o fundamento de não ter havido ofensa ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito.

Ressalte-se também que no caso em discussão não se conferiu equiparação remuneratória aos impetrantes, devidamente vedada em norma constitucional – art. 37, inciso XIII, da Carta da República.

Ao conceituar o instituto da equiparação, o doutrinador Uali Lammêgo Bulos, em sua obra "Constituição Federal Anotada – 10ª edição revista, atualizada e reformulada até a Emenda Constitucional n. 70/2012, p. 707, assim preleciona:

"A equiparação, por sua vez, é instituto que postula tratamento idêntico para aqueles que estão em situação de desigualdade. Propõe situar os cargos de níveis diferentes e atribuições diversas num mesmo patamar, para fins de remuneração"

Notadamente, no mandado de segurança originário não se falou em situar cargos de níveis diferentes e atribuições diversas. Na verdade, os impetrantes, apenasmente, buscaram receber o valor correspondente a sua estabilidade financeira no patamar de seu novo símbolo. Com a alteração da simbologia não se modificou as atribuições do cargo em comissão a permitir uma



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

666,

possível afiguração de equiparação. Na verdade, tão somente alterou o valor da estabilidade financeira, sem repasse aos ora demandados.

Portanto, vê-se que o pedido da parte autora, muito mais do que o afastamento de alegada violação literal da lei, dirige-se ao êxito da tese de mérito que quer ver reconhecida por este Grupo, ainda que se utilizando de meio processual inadequado para tal fim.

Destarte, resta patente que a parte autora utiliza-se da presente ação rescisória de forma irregular, vez que, ação de tal natureza não pode ser usada como sucedâneo de recurso e nem se destina a corrigir eventual injustiça de decisão. Constitui, sim, demanda de natureza excepcional, de sorte que seus pressupostos devem ser observados com rigor, sob pena de ser transformada em espécie de recurso para rever decisão já ao abrigo da coisa julgada.

Ante o exposto, tendo em vista que a pretensão da parte demandante subsume-se à rediscussão de matéria acobertada pela preclusão *pro judicato*, voto no sentido de julgar improcedente a presente ação rescisória, condenando a parte autora em honorários advocatícios fixado em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

É como voto.

Recife, 16 de março de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 26.03.2014

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 40629-7-03 - RECIFE

AUTORES: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE PE-IPEM E OUTRO

RÉUS: JOSÉ RONALDO MORAIS DOS SANTOS E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

REVISOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO (RELATOR)

Um dos réus da rescisória, o Sr. Guilherme de Souza Borges, ou melhor, não é só um dos réus, o advogado dos réus ele atravessa uma petição em que noticia que tem um compromisso no Estado da Bahia e faz juntada de uma passagem. Eu sei que a Corte muitas vezes tem se posicionado no sentido de que quando há vários advogados e um deles viaja, por si só, não é motivo de deferir o adiamento, mas em questões semelhantes a esta eu já me posicionei de que muitas vezes aquele advogado que vai viajar é o que tinha condições técnicas de fazer a sustentação oral e, portanto, esse posicionamento à superior consideração da Corte no sentido de deferir o adiamento.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Eu penso ficar extremamente difícil se cogitar de colocar em votação algo quando o próprio relator vai deferir. Então acho melhor simplesmente deferir.

DESEMBARGADOR FRANCISCO TENÓRIO

Eu queria só perguntar o seguinte: há pedido de sustentação oral?

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Inscrito não.

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO (RELATOR)

Não tem Senhores Desembargadores.

DESEMBARGADOR FRANCISCO TENÓRIO

Então Vossa Excelência vai submeter à votação?

1º julgamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Só por essa pergunta se Vossa Excelência se posiciona contrário eu submeto a questão, primeiro ao revisor José Ivo.

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Ele juntou a passagem aérea mas deveria ter juntado também que houve a necessidade de ele ter viajado para lá que a audiência de lá, seja o que ele tenha ido fazer fora de Recife foi anterior à marcação desta seção daqui?

DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO (RELATOR)

Não, não há essa evidência, eu sei que o meu posicionamento muitas vezes não é seguido pelos Senhores, mas como já houve um caso recente em que me posicionei que mesmo nessas hipóteses o advogado pedindo o adiamento, eu considero que não há nenhum prejuízo para o julgamento tendo em vista que na próxima sessão nós poderemos julgar e o advogado não poderá mais alegar ou pedir outro adiamento. Então como tenho sido tolerante, eu sei que não é o posicionamento da Casa, mas a minha sugestão e proposta é para adiar.

DESEMBARGADOR EVANDRO MAGALHÃES

Acompanho a posição do relator.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Com a maioria.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Então parece que só o desembargador Francisco Tenório diverge.

DESEMBARGADOR FRANCISCO TENÓRIO

Eu vou divergir e entendo que esse pedido de adiamento não faz qualquer sentido com a devida vênua do meu amigo aqui relator, mas não faz nenhum sentido, primeiro porque não há pedido de sustentação oral, segundo porque ele não traz a prova de que havia preferência no julgamento de lá e aqui sim,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

pelo contrário, trata-se de mandado de segurança e, além disso, há uma rescisória. Além do mais se fala em morosidade da justiça, mas os próprios advogados, as próprias partes contribuem e tem o dever de contribuir para que o poder judiciário preste uma tutela judicial mais célere. Eu por essas razões vou divergir e sou contra o adiamento.

DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO

Eu também, Senhor Presidente, peço vênias a maioria e voto pelo indeferimento da petição por entender que não preenchidos os requisitos necessários.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS DE FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Foi submetido em questão de ordem ao colegiado pedido de adiamento formulado pela parte que foi deferido por maioria de votos, vencido os desembargadores Tenório dos Santos, Patriota Malta e Bandeira de Mello. Eu não estou votando, mas se tivesse acompanhava essa dissidência, eu não consigo ser tão liberal, ele tinha que provar que o dele era mais importante e que tinha sido anteriormente marcado e intimado.

DECISÃO:

"SUBMETIDO AO COLEGIADO, O PEDIDO DE ADIAMENTO FORMULADO PELA PARTE FOI DEFERIDO. VENCIDOS OS DES. TENÓRIO DOS SANTOS (DES. ANDRÉ GUIMARÃES), PATRIOTA MALTA (DES. ITAMAR PEREIRA) E FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO".



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO – 16.04.2014

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 40629-7-03 - RECIFE

AUTORES: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE PE-IPEM E OUTRO

RÉUS: JOSÉ RONALDO MORAIS DOS SANTOS E OUTROS

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTENOR CARDOSO

REVISOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

RELATÓRIO ÀS FLS. 642 DOS AUTOS.

BEL. HENRIQUE DE LUCENA MOURA OAB/PE 467-B (PROCURADOR DO ESTADO)

Exmo. Sr. Presidente,
Exmos. Srs. Desembargadores,
Exmo. Sr. Procurador de Justiça:

Serei brevíssimo. Trata-se de matéria amplamente conhecida neste Egrégio Tribunal, inclusive em outros Tribunais Superiores, inclusive já julgados pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral.

Ocorre que o acórdão rescindendo reconheceu aos devedores direito adquirido à manutenção da forma de cálculo da estabilidade financeira, Lei Complementar nº 13, amplamente conhecida, desvinculou a parcela autônoma, e sujeita a revisão geral.

Trago, tão somente, Exmos. Desembargadores, do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis, da relatoria do Desembargador Tenório dos Santos, que destaque da ementa: "Pacificada jurisprudência sobre a constitucionalidade do Instituto da Estabilidade Financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico, a Lei Complementar Estadual nº13/95, que alterou a forma de cálculo de gratificações, e, consequentemente, a composição da remuneração de servidores, não ofende a Constituição Federal de 88, não constitui ofensa ao direito adquirido, ao art. 6º, § 1º da Lei Complementar nº13/95, que considerou o adicional de estabilidade financeira percebido pelos servidores ativos e inativos como parcela autônoma, vedada a sua vinculação. O acórdão rescindendo vulnerou o art. 6º, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 13, e art. 5º, Inc. XXXVI da Constituição Federal, pois não há direito adquirido a regime jurídico, e ainda o art. 37, Inc. XIII, da Carta Federal, que veda vinculação ou equiparação de vencimentos, ocasionando a procedência da ação. Ação Rescisória julgada procedente", julgada em 01.12. 2010.

Este mesmo entendimento na Ação Rescisória 108.503-6, Rel. Desembargador Jorge Américo Pereira Lira, na Corte Especial, e deste Grupo de Direito Público, Ação Rescisória 66.296-8/02, Relator Desembargador Demócrito Reynaldo Filho, no mesmo entendimento.

Por essas breves palavras, espera-se, portanto, a procedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado.

VOTOS DO RELATOR E DO REVISOR ÀS FLS. 657/658 E 659/666 DOS AUTOS, RESPECTIVAMENTE.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

Senhores, a Turma está em flagrante e extremada divergência. Eu só queria lembrar o seguinte: são 12 horas e 20 minutos. Apesar dessa divergência, como todos são integrantes naturais do Colegiado das Câmaras de Direito Público, a matéria é sobejamente conhecida. Nós sabemos e nós já esperávamos o voto do Desembargador Antenor Cardoso nos termos que foi posto, e nós já sabemos e já esperávamos o voto do Desembargador José Ivo nos termos em que foi posto, e todos nós, pela reiteração do tema, temos nossas convicções a respeito de como caminhar em casos que tais. Poderíamos abreviar, sem os debates, e, nos votos, as pessoas poderiam ir aprofundando os argumentos pelos quais aderiram a uma e outra tese. Poderíamos ganhar um tempo sem perda de qualidade. É possível fazer isso?

DESEMBARGADOR ITAMAR PEREIRA JÚNIOR

Sr. Presidente, Eminentes Pares:

Eu peço vênias e acompanho a posição do Revisor por toda fundamentação já exposta.

DESEMBARGADOR ANDRÉ GUIMARÃES

Peço vênias ao Revisor para acompanhar o Relator.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

Eu acompanho o eminente Revisor, porque entendo que na época a matéria era pacificada e estava de acordo. Por isso, peço vênias ao Relator para acompanhar o Revisor.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO DE LIRA

A matéria está consolidada no âmbito dos Tribunais Superiores, inclusive foi objeto de repercussão geral. Em razão dessas peculiaridades, eu peço vênias ao eminente Revisor e acompanho o Relator.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ALFREDO JAMBO

Acompanho o Relator.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

Com o Relator.

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO

Com o Relator.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDOS OS DESEMBARGADORES REVISOR, ITAMAR PEREIRA E ERIK SIMÕES, JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO E DECLARADO RESCINDIDO O ACÓRDÃO DA 2ª CÂMARA CÍVEL NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO 40629-7, COM A MANUTENÇÃO DA LIMINAR DEFERIDA. CUSTAS JUDICIAIS E HONORÁRIOS EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, CONFORME PEDIDO".
